



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS  
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CPD AO PROJETO DE LEI Nº  
1.710, DE 2020**

(Apensado: Projeto de Lei nº 4.861/2020)

Altera as Leis nºs 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e 10.741, de 1º de outubro de 2003, para assegurar serviço de comunicação de emergências ocorridas com a pessoa idosa e com a pessoa com deficiência.

O Congresso Nacional decreta:

**Art. 1º** Acrescente-se à Seção IV, do Capítulo IV da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, o art. 24-D com a seguinte redação:

“Art. 24-D. Fica instituído o Serviço de Teleassistência para atender a pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de perigo, risco emergencial ou social e que tenham renda mensal familiar per capita de até três salários-mínimos. Parágrafo Único. Regulamento definirá as diretrizes e os procedimentos do serviço.

.....”

**Art. 2º** Acrescente-se o inciso III ao § 2º do art. 23 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, com a seguinte redação:

“Art. 23 .....

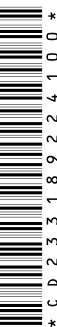
§ 2º .....

III – às pessoas idosas e pessoas com deficiência que estejam em situação de perigo, risco emergencial ou social.

.....” (NR)

**Art. 3º** Acrescente-se o inciso VII ao art. 47 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 47.....





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

VII – serviço especial para facilitar a comunicação de emergências ocorridas com a pessoa idosa.

.....”(NR)

**Art. 4º** Acrescente-se o artigo 47-A a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, com a seguinte redação:

“Art.47-A. O Poder Público divulgará número telefônico, exclusivo para a comunicação de violência contra o idoso, em locais públicos e privados de grande circulação de pessoas, a seguir relacionadas.

I – hotel, motel, pousada e hospedagem;

II – bar, restaurante, lanchonete e similares;

III – casas de eventos e shows;

IV – salão de beleza, casa de massagem, sauna e academia de ginástica;

V – mercados, supermercados, feiras, shoppings de qualquer porte.

Parágrafo único. Os estabelecimentos públicos e privados deverão afixar placas, com formato de 30 cm (trinta centímetros) de largura por 20 cm (vinte centímetros) de altura, com a seguinte frase: “VIOLÊNCIA, ABUSO E EXPLORAÇÃO CONTRA IDOSO É CRIME. DENUNCIE – DISQUE .....”  
**(NR)**

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 28 de novembro de 2023.

**Deputado MÁRCIO JERRY**  
***Presidente***

